

Roda de conversa Produção e Divulgação do conhecimento em Ciências Sociais e Humanas em Saúde

Congresso Iberoamericano de Pesquisa Qualitativa em Saúde

5 de setembro de 2018

Participantes: além de Maiko e Leny, Salete e Fernanda da Comissão, Roseni que já foi, além de mais 16 pessoas, sendo que 25 se inscreveram.

Martinho apresenta os palestrantes e justifica a roda de conversa com base em um dos eixos de atuação da Comissão de CSHS, relativa aos critérios de avaliação da produção científica. Menciona o simpósio “Formas de conhecer e agir em CSHS”, recentemente realizado no Abrascão, para destacar a existência de estudos sobre o fenômeno da violência urbana fora da universidade que tem se mostrando tão relevantes quanto os produzidos pela academia e os serviços, como é o caso das estatísticas sobre tiros em comunidades cariocas elaboradas pelo Coletivo Papo Reto. Destaca que os resultados destes estudos foram absorvidos pela sociedade de modo mais veloz do que as pesquisas oriundas da universidade e os dados consolidados pelo governo.

Maiko se situa no campo da Sociologia da ciência e da tecnologia, a partir do qual formula a seguinte hipótese: os Índices / indicadores mais escondem do que mostram, como o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Mostra como os números se tornam fatos sociais e afirma: “As pessoas não tem uma concepção exata da estatística”. Fabrica artigos sobre o artigo, sendo que poucos deles são publicados. Um deles, sobre peer review, não foi publicado. Também estuda a fraude, os periódicos predatórios, a publicação salame e outros fenômenos contemporâneos do mundo da ciência, como os caroneiros (publicam com um colega, ou com quem está orientando). Considera que se faz pouca ciência social quantitativa no Brasil, comparativamente aos EUA. Além disso, alerta para o congestionamento nas revistas, demorando 1 ou 2 anos para receber uma recusa.

Segundo Maiko, a avaliação científica foi se profissionalizando ao longo do tempo, a métrica (pesquisador associado a índice de impacto) sendo um fenômeno recente. Destaca 3 distorções geradas por essa métrica: A - papirocentrismo (quem se dedica à extensão não será avaliado da mesma forma que um “produtivista”, ou melhor “produtivista não, que centra na produção de artigos”) [foco na publicação, foco na patente, transferência de tecnologia como forma de extensão; 10% dos artigos são lidos, os outros não; 20% dos autores são citados, os demais não] {academia: entra recursos, sai papel}; B - produtivismo (considera-se um pesquisador bom quando o índice H e G é alto, pois ele publica muito; pressão dos rankings); C - mimetismo (boa ciência é a que reflete o que acontece nos grandes centros, p. ex., publicar em revista internacional) [fase muito anti-intelectual; como a ciência pode ser útil para a sociedade; a grama do vizinho é sempre mais verde].

O artigo permitia que os resultados fossem compartilhados sem a presença síncrona (antes o resultado era apresentado em público, demonstrado, daí o artigo para não precisar estar presente, replicar);

atividade diletante de cavalheiros, não profissionalizada. A contagem de artigos começou antes da II GGM. Fama, reputação, tornaram-se insuficientes como critério. A razão disso diz respeito ao excesso de recursos para ciência, a dificuldade de decisão sobre onde aplicar, daí surge o número de publicações como critério. Com a introdução dos computadores, na década de 60, ficou mais fácil catalogar e contar. Entretanto, uma pessoa pode publicar, muito mas não ser influente: daí o surgimento do índice de citações. Deste modo, a metrificação veio para distinguir os pesquisadores, depois surgiu a massificação da atividade científica, voltada para outros para além do norte global.

Depois da II GGM, os recursos para a ciência diminuem e o número de pesquisadores aumenta: “farinha pouca meu pirão primeiro”. Há uma irreversibilidade na centralidade do artigo científico. Um ecossistema formado de editores, pareceristas e autores foi consolidado: “É como a redução da maioria penal, só que para as publicações, já no ensino médio vão estimular a publicar”, diz após contar situação na qual conversou com um bolsista sobre a possibilidade de publicar os resultados da pesquisa, mesmo que “ainda” não fizesse sentido para o bolsista. Exemplifica consigo mesmo: autocitação, textos dos quais tem orgulho mas que só foram citados pelo próprio. Soluções: pensar em outros produtos, como assessoria a uma comunidade. Pergunta: “Vale a pena eu me arrebentar como sociólogo para publicar 5 ou 6 artigos por ano, se as pessoas não lêem e quando lêem não usam”; “Eu não perco o sono, mas tem gente que sim”. Sobre os temas dos artigos, conta situação na qual o pesquisador trabalha em uma região pobre e publica sobre um assunto que não diz respeito a essa região, para que assim possa ser avaliado por uma revista internacional. Publicar em inglês: aumenta a chance de citação, mas há quem pense nessa atividade como finalidade em si.

Termina sua apresentação afirmando que “Estamos nessa roda de hamster, mas a internet pode dar uma rodada na gente”, exemplificando com a publicação do estudo na internet, podendo receber críticas, alterar e publicar com a colaboração de todos.

Leny sintetiza a apresentação de Martinho em uma frase: a Universidade não é o único espaço de produção de conhecimento e talvez não seja o melhor. Em seguida, faz o mesmo com a apresentação de Maiko: há uma demonização da ciência por parte da mídia e da sociedade. Pergunta: Em que momento nos aliamos à sociedade? Nos sentimos parte dela? Em que momento nos colocamos em um patamar acima da sociedade? Considera que qualquer sistema de avaliação é indutor, inquirindo: está induzindo o que nós desejamos? Afirma que tal sistema pode servir para qualificar a ação, fazendo com que ela seja realizada com mais responsabilidade. Entretanto, a avaliação passou a ser um fim em si mesmo. A sobrevivência de um programa de pós e de si mesmo dentro dele virou a finalidade: se sustentar, subir no ranking. Considera esse fenômeno grave, com consequências terríveis: o desequilíbrio entre extensão, ensino e pesquisa, por conta do sistema de avaliação colocar a primazia na pesquisa, alocando todo o resto como secundário. Os efeitos desse sistema são deletérios e o diagnóstico já está feito, as críticas são muitas. Pergunta: cadê as propostas?

Maiko pede a fala para afirmar que muitas revistas consideram que se tiver proposta foge ao escopo do artigo, de modo que talvez devesse haver um outro veículo para a publicação das propostas que não o artigo.

Leny retoma sua fala destacando que a questão da identidade precisa ser trazida com muita ênfase em tudo que fazemos: parâmetros que servem para uma área às vezes não servem para outra. Questões de ordem científica, técnica e política segundo Madel Luz, que dizem respeito a uma tentativa de aliar as vocações (para além de Max Weber). Para ela, é a nossa onda na Saúde Coletiva, já que ela se constituiu no chão da fábrica, na rua, no ativismo. Menciona ainda que a diversidade de contextos, práticas, linguagens e produtos caracteriza a área, bem como que essa diversidade não se encaixa um modelo de avaliação que seja generalizante.

Sobre sua atuação na CAPES, afirma que a Saúde Coletiva faz parte de um grupo de 9 disciplinas. Apenas o colégio de humanidades manifesta insatisfação com os critérios de avaliação da produção científica. Para ela há um círculo vicioso: ser nota 3 é ter menos condições, essas condições menores manterão o programa como nota 3. Ao mencionar os resultados do Projeto Perfil, mostra que até o 3º triênio há estagnação de quadros de CSHS na Saúde Coletiva. Exemplifica: apenas 2 dos 6 dos professores do ISC/UFBA que entravam pelo REUNI foram credenciados; não obtém financiamento para projetos, não publica, não orienta... um círculo vicioso. Encontra-se em curso uma promoção eficiente de desigualdade regional: esse sistema de avaliação da produção científica não tem contribuído para alterar isso. Sublinha ainda outras assimetrias, disciplinares e epistemológicas. Constata o domínio absoluto da epidemiologia, com concentração de recursos, como bolsas de produtividade: metade do quadro é da área, pelo menos. Outro exemplo: “discurso rancoroso”, alguém da epidemio falando de alguém da humanas. Alguém na posição hegemônica está muito bem obrigado.

Fala também da qualidade e ao mesmo tempo defeito de origem da saúde coletiva: a interdisciplinaridade, bem como articulação entre técnica, ciência e política, a hibridização. Pergunta: “Quem tem um acervo teórico na saúde coletiva?”. Responde: a CSHS apenas. Questiona: Como isso é reconhecido e valorizado? Você tem um conceito para emprestar? Uma técnica? Responde: Prêt-à-porter. Finalmente manifesta-se a respeito: “A nossa presença neste campo não pode ser acessória...”, apontando para a necessidade de construção horizontal da relação, “do contrário nós ficamos em um lugar subalterno”. Considera que isso é mútuo, pois também torcemos o nariz para as outras áreas. Antes era interdisciplinaridade, agora a bola da vez é inovação. Antes era retórica, agora o adjetivo para se referir à área é contraprodutiva. Não precisam mais da humanas. Diz que na CAPES tem gente que acha que não precisa ter como critério de avaliação o impacto social. Pergunta quantos programas deixaram de olhar para sua proposta de disciplinas e currículo: para muitos é perder tempo; se é pesquisador 1A, não precisa dar aula, essa é a prática de muitos programas de pós. Sobre o ensino, há uma diferença de contexto: antes só eu li aquele texto, inacessível, em uma biblioteca em Paris, hoje encontra-se acessível a todos, o texto, os questionamentos a ele, e tudo o mais. Sobre a pesquisa, também há mudanças, como a desconcentração regional, antes era só Rio-SP, embora ainda haja pouca visibilidade e institucionalização do que não se encontra nesse eixo. Fala da criação dos GTs no congresso de CSHS de 2011, com base na ANPOCS.

Para ela, trabalhamos mais na competição do que na colaboração: há uma disputa por recursos na qual todos saem perdendo. Isso pretere alguns grupos, gerando uma contabilidade do quanto pode ser

lucrativa uma cooperação, o quanto de produção pode ser gerado: cadê a produção de conhecimento, cadê os compromissos do cientista social (Becker) com aquilo que não está na moda. Isso tem um nome: indução! Exemplifica mencionando as pesquisas sobre o Zika vírus.

Sobre a internacionalização, pergunta se pode ser apenas com a América Latina e o Caribe. Responde negativamente: trata-se do norte global, quem define as bases é o norte. Não é fechar as portas, é pensar em identidade, singularidade, pensar em relações que possam ser interessantes para todos. Lembra que a ação política da comunidade de CSHS alterou o qualis, no sentido do qualis livros, valorizando essa forma de produção. Antes eram duas listas, revistas da área e revistas em que publicamos, mas que não são reconhecidas como da área. Lista da área tinha um número limitado de revistas nas quais CSHS e Planejamento publicavam. História, Ciências e Saúde de Manguinhos, por exemplo, da história, mas da saúde.

Qualis único é a proposta atual. Não é você publicar na revista de Antropologia e o qualis ser alto e não baixo: é utilizar a mesma métrica, baseada em jcr, para definir o qualis único. Pior a ementa do que o soneto. Antes era A2, agora é B2. Há um pool em formação na CAPES: educação, comunicação, antropologia, saúde coletiva. Na CAPES a quantidade não levanta suspeita, mas a qualidade levanta: por isso a métrica. Há um consenso: rever a centralidade do qualis na avaliação. Muda-se o peso do qualis na avaliação, não o próprio qualis. Retoma fala de Martinho sobre o conhecimento produzido fora da universidade: trabalhamos na universidade, o que fazemos continuará sendo julgado por todos, inclusive pela sociedade. Sobre a extensão, considera que precisamos ter cuidado ao falar na extensão, ensino e pesquisa, pois reforça as fronteiras (menciona Roseni), mas se não reforçar pode ocultar extensão face aos demais. Apresenta como exemplo o LAPPIS e o TRAMA (de Raquel Rigotto). Mostra que há uma ausência de dados e informações sobre extensão, por exemplo, sobre projetos que envolvam a comunidade. Pesquisadores não colocam no lattes, justificando com as palavras “perder tempo”.

Apresenta duas propostas, considerando-as não originais, “não é ideia minha não”:

- 1 – auto-avaliação, não precisa ser baseada nos critérios da CAPES, reflexão, levando em conta identidades e singularidades;
- 2 – promover simpósios abertos para as comunidades dos programas de pós-graduação em SC [comissão de cshs e fórum de pós também já tem feito, segundo ela].

Debate

Roseni destaca palavra responsabilidade, bem como o modo como ela opera no processo de avaliação; como ter uma atitude crítica em relação à avaliação sem pensar na própria ação? Há interesses particulares e privados em jogo no processo de avaliação, que não se deixam relevar publicamente. Exemplifica com a queda da nota 7 para 6 no IMS: gerou uma oportunidade de falar a respeito do assunto. Fala da utilização de palavras que possam agregar maior valor. Encontra-se em licença sabática

para estudar, como Raquel Rigotto teve que se aposentar para se dedicar ao TRAMA. Considera que tem que haver uma disponibilidade real e concreta para a gente compor esse entendimento. Para ela, combinado não se realiza, porque as pessoas não se responsabilizam. O livro é o veículo por excelência das ciências humanas, segundo Madel Luz. Consta que a Ciência política tornou-se marginal nas CSHS. Para ela é importante reduzir as críticas e produzir propostas mais ousadas e inovadoras: “Não queremos mesmo e nunca seremos hegemônicos”. Denuncia simpósio que ocorreu no congresso ibero-americano, no qual formou-se uma banca para avaliar as apresentações, integrada por sociólogos, avaliando pesquisas de serviço social, a banca em uma posição espacial mais elevada do que os apresentadores. A apresentadora que mencionou Paulo Freire foi totalmente ignorada: “Se todo mundo virar cacique não vai ter índio para combinar”; “Eu nunca vi banca em um simpósio, isso é uma inovação”. Tem conversado com a pesquisadora Zulmira Hartz sobre a factibilidade de um programa ser avaliado. Retoma lembrança: ciência política não tem bibliometria. Co-habitar, co-existir, a pluralidade, mais do que criar um debate, como com a noção de identidade: fica leve da gente do ponto de vista político, da ação política, da gente realizar alguns pactos. Se cair só para o lado da meritocracia, a gente via provocar exclusão, tem que pensar na inclusão.

Leide conhece pessoas programadas para publicar; a estrutura é estruturante, conforme Bourdieu, ela nos conforma. Ela faz parte de um programa interdisciplinar, das ciências da saúde, sendo que sua formação é na sociologia: ela é uma das pesquisadoras que menos publica. Para ela, pesquisa serve para se aproximar da realidade, embora estejamos virando máquinas de produzir artigo, em uma espécie de passo-a-passo para produzir A1. Fala do livro que produziu, do qual se orgulha, ao mesmo tempo que escuta que isso não pontua para o programa. Estrutura é perversa e pesada. Identidade: somos pesquisadores, somos trabalhadores da saúde, não podemos perder a nossa identidade. Como fazer isso sem hierarquizar os saberes? Tem que ser uma troca. Mas como fazer isso?

Fernanda afirma que gostaria de ser mais propositiva na sua fala, mas que não conseguirá. Fala de um limbo taxonômico: lista A e B. Vive isso cotidianamente: é avaliada na saúde coletiva, mas a área dela é alimentação & cultura. As revistas nas quais ela publica não estão sequer na lista da saúde coletiva, não é nem que são pouco pontuadas. Consequência de não se subordinar à regra: 1 – não encontra área no CNPQ na qual se encaixa o seu projeto, coloca na interdisciplinar e as agências mandam para a nutrição; 2 – sempre achou bizarro julgar a qualidade de um texto sem lê-lo, nesse sentido gostou da proposta da ciência política, uma avaliação sem bibliometria; 3 – formação dos pós-graduandos: sem base epistêmica suficiente, porque não dá tempo (orientou tese com base mais sólida que viu, de um professor que leciona há 30 anos na Argentina); 4 – regiões: SP a princípio a coloca em uma posição de privilégio, mas está no 4º dos 6 anos em um estágio probatório, toda vez que é avaliada se desespera, se não atingir as metas tiram ela do regime de trabalho dedicação exclusiva, deslocando-a para o regime parcial (vai para 1/5 do salário atual, ganhará o equivalente a uma bolsa de mestrado). “Está muito difícil [na minha realidade]”. Não dá para falar só dos programas, é importante falar das universidades e da morte dos intelectuais: para pensar profundamente você precisa ler profundamente e ter tempo; 5 – questiona a primeira proposta do plano diretor da CCSHS no que diz respeito aos critérios de avaliação da produção científica, fazer parte de grupos de epidemia, por exemplo, do qual

faz parte também: em alguns casos pode ser muito interessante, mas pode ser uma estratégia de sobrevivência.

Roseni considera que a nova epistemologia surge com as identidades: interseccionalidade, por exemplo.

Salete considera que prática da salame Science funciona na epidemia, mas na humanas o artigo volta perguntando o que cada um fez. Ela torce pelas propostas de Leny, avaliar não só para contar, se perguntar sobre a formação do aluno: o que ele levou para a prática? Critica professores que trabalham exclusivamente com aulas expositiva, sem adesão às metodologias ativas, usando as mesmas notas amareladas: considera que o coordenador tem que questionar, tem que ter coragem. Fala da dificuldade de elaborar um projeto multicêntrico, de grupos de pesquisa que não funcionam, existem apenas na internet [não discute teoria, não discute metodologia, “esses grupos precisam ser vigiados, não avisa, vai lá”].

Leny afirma que a pluralidade é resultado das identidades, não é possível pensar sem elas. As CSHS foi mais objeto de críticas quando foi crescendo do que antes: “não devemos mais discutir áreas na SC” é um discurso que ela tem escutado, os enunciados aparecendo geralmente na alocação de vagas de concurso, uma proposta de pensar em termos de temas, não de áreas; é como se nós estivéssemos com um discurso velho, as áreas, os temas seriam a inovação. Recomenda mudar a chave do discurso sem cair no engodo.

Roseni considera que o formato de apresentação pode ser um formato, sem ser identitário. Distinguir, sem diferenciar. Evitar que o atrasado se faça passar por novo.

Leny fala que a pauta identitária não necessariamente é a prioritária. Temos que avançar para outras pautas. Retoma a proposta presente no plano diretor da CCSHS, concorda com Fernanda, uma proposta que é conformista. Para ela a questão é que se trata da primeira proposta. Fala também de um plano comum: defender a universidade pública. Identificar uma pauta que é a prioridade: universidade, Estado Democrático de Direito. Para além da resistência, a sobrevivência mesmo.

Maiko diz que sente-se fazendo uma etnografia, seria muita pretensão gerar propostas, ou mesmo comentar pois não faz parte da área. Fala dos especialistas em queimar pontos: não se dobra a algumas coisas, tornaram-se radioativos; não dá para culpabilizar quem está seguindo o sistema, quem é subordinado encontra-se nesse lugar. Encontra-se acumulando rejeições de artigos para publicar posteriormente tais rejeições em livro.

Após a roda de conversa nos reunimos, Martinho, Fernanda, Salete e Roseni.

- relevância do impacto social, ou seja, da relevância do estudo para a prática em saúde, deve ser adotado como critério de avaliação da produção científica na nossa área (Salete);

- precisamos conversar mais, através de simpósios nacionais, regionais e locais, sobre do que se trata “qualidade” para assim estabelecer um critério qualitativo de avaliação da produção científica (Fernanda);

- precisamos também nos perguntar sobre quem define e quem pode definir estes critérios hoje (Roseni).